

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Denís Alves da Paz
Eleno Marques de Araújo
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
3

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Denís Alves da Paz
Eleno Marques de Araújo
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
3

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Cláudia Denís Alves da Paz, Eleno Marques de Araújo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-150-3 DOI 10.22533/at.ed.503202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Paz, Cláudia Denís Alves da. III. Araújo, Eleno Marques de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

O volume 3 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”, associa-se a ideia de ordenamento e organização da educação que perpassa por saberes, complexidade social e pelo o indivíduo. Pensar na educação nos mais diversos contextos nos leva a um conjunto de relações integrado pela prática e pelas ações que direcionam o processo educacional.

Uma obra que traz 16 textos/capítulos em que os discursos giram em torno da perspectiva do fazer que dar significado a dinâmica do processo ensino-aprendizagem e do planejamento prévio dos atores sociais, endossados nas vozes dos 39 autores participantes desses capítulos.

O diálogo promovido pelos autores imprime as faces do planejado, organizado, do caminho metodológico, dos discursos e dos resultados de cada pesquisa/investigação. E com isso, a ideia dos percursos educativos vai sendo gestada, antes, durante e depois de cada texto. 33 palavras-chave adornam o eixo central desses discursos, com forte inclinação a mostrarem a dimensão e o poder reflexivo de cada um. Autoavaliação, brincar, censo, competências, interação social, letramento, ludicidade, política educacional, etc., são algumas das palavras-chaves que direcionam eixos temáticos desses discursos.

Desejamos a todos vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Denís Alves da Paz
Eleno Marques de Araújo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O USO DE MÍDIAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO- APRENDIZAGEM: O DESAFIO DO EDUCADOR NA ERA DO “CURTIR”	
Clara Cristina Azevedo Souza Fontenele Larissa da Silva Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.5032029061	
CAPÍTULO 2	7
O USO DE APLICATIVOS EDUCACIONAIS NO ENSINO INCLUSIVO DE QUÍMICA	
Shamyia Cristina de Lima Gomes dos Anjos Marcos Antonio Feitosa de Souza Roberlúcia Araújo Candeia	
DOI 10.22533/at.ed.5032029062	
CAPÍTULO 3	18
OS BENEFÍCIOS DA MONITORIA PARA MONITOR E ALUNOS DE NUTRIÇÃO E METABOLISMO: UMA ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA	
Thaís Pires Bezerra Ana Mary Viana Jorge Cristiane Rodrigues Silva Câmara Daniel Câmara Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.5032029063	
CAPÍTULO 4	24
ORQUESTRA ROSARIENSE: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA DE EDUCAÇÃO MUSICAL	
Estêvão Grezeli Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.5032029064	
CAPÍTULO 5	37
O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O CASO DO COLÉGIO POLITÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	
Gustavo Fontinelli Rossés Alencar Machado Cristiano Gattermann de Barros Juliano Molinos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5032029065	
CAPÍTULO 6	51
O PERFIL FORMATIVO DOCENTES DE FÍSICA NO PIAUÍ: UMA DÉCADA APÓS O REUNI	
Denilson Pereira da Silva Luís Carlos Sales	
DOI 10.22533/at.ed.5032029066	
CAPÍTULO 7	63
O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES	
Katia Daniele Mendes de Oliveira Célia Gomes dos Santos Danielle Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5032029067	

CAPÍTULO 8	71
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO, AS CONCEPÇÕES DE ESCOLA E AÇÃO DOCENTE: RELAÇÕES IMBRICADAS COM A PESQUISA E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	
Lidiane Cristina Longo	
DOI 10.22533/at.ed.5032029068	
CAPÍTULO 9	82
NÚCLEO DE ORDENAMENTO DE REDE E MATRÍCULA ON-LINE: A EXPERIÊNCIA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES	
Adriana Oliveira dos Santos	
Bruna Carolina Souza de Azevedo	
Maria da Conceição Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5032029069	
CAPÍTULO 10	87
NOVAS PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE: OBSERVAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DA TECNOLOGIA E DA INTERAÇÃO SOCIAL VYGOTSKYANA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	
Lia Cristiane Lima Hallwass	
DOI 10.22533/at.ed.50320290610	
CAPÍTULO 11	101
MICROBIOLOGIA E COMUNIDADE: DESAFIOS DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO DA GRADUAÇÃO	
Simone do Nascimento Fraga	
Letícia Gabrielly de França Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.50320290611	
CAPÍTULO 12	109
LUDOTECA UNIVERSITÁRIA: SITUAÇÕES BRINCANTES E PAPEIS DE GÊNERO EM FOCO	
Maria do Carmo Morales Pinheiro	
Iuri Silva Eziquiel	
DOI 10.22533/at.ed.50320290612	
CAPÍTULO 13	118
INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO TEÓRICO	
Luis Henrique Rocha Mendes	
Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50320290613	
CAPÍTULO 14	127
GESTIÓN DE INTERNACIONALIZACIÓN DE LA UNIVERSIDAD: OPORTUNIDAD, NECESIDAD O ESTRATEGIA	
Barbara Yadira Mellado Pérez	
DOI 10.22533/at.ed.50320290614	
CAPÍTULO 15	147
GESTÃO DEMOCRÁTICA SABOTADA? ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CONSELHEIROS ESCOLARES DO ENSINO PÚBLICO DE NATAL/RN	
Barbara Ellen Rebouças Cunha	
Gilmar Barbosa Guedes	
Walter Barbosa Pinheiro Junior	
DOI 10.22533/at.ed.50320290615	

CAPÍTULO 16	160
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM MÚSICA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	
Cássia Virgínia Coelho de Souza	
Débora Santos Porta Calefi Pereira	
Murilo Alves Ferraz	
Vania Malagutti Loth	
DOI 10.22533/at.ed.50320290616	
SOBRE OS ORGANIZADORES	186
ÍNDICE REMISSIVO	188

GESTÃO DEMOCRÁTICA SABOTADA? ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CONSELHEIROS ESCOLARES DO ENSINO PÚBLICO DE NATAL/RN

Data de aceite: 01/06/2020

Data de Submissão: 15/05/2020

Barbara Ellen Rebouças Cunha

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Graduanda em Pedagogia pela UFRN. Mestranda em Educação pela UFRN. Bolsista CAPES.
E-mail: barbara_rc@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6536127094802159>

Gilmar Barbosa Guedes

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN (PPGEd/CE/UFRN).
E-mail: gbguedes@uol.com.br.
<http://lattes.cnpq.br/2027157262023382>

Walter Barbosa Pinheiro Junior

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN (PPGEd/CE/UFRN).
E-mail: walterjrnatal@hotmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/7532911538772143>

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma análise sobre a participação política dos conselheiros escolares da rede pública municipal de ensino na cidade de Natal/RN.

Circunscrevemos o nosso objeto de estudo a quatro escolas municipais, sendo uma em cada zona administrativa da cidade, tendo como objetivo principal identificar se as narrativas e práticas de gestão escolar em Natal, Rio Grande do Norte, estão em consonância com o art. 14 da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Afim de identificar as narrativas e práticas destas escolas para tecer análise comparativa e juízo crítico acerca da natureza dos comportamentos identificados foi partindo dessa premissa que assumimos o Materialismo Histórico e Dialético como método científico. No que diz respeito a metodologia realizamos entrevistas livre conversacional com os gestores; nos debruçamos sobre a literatura produzida acerca do Conselho Escolar e acessamos os documentos das escolas como: atas, projeto pedagógico das escolas e o regimento interno. Tratados os dados nossa análise concluiu que as relações sociais na gestão escolar ocorrem de forma diversa da recomendada pela legislação, pois o estudo detectou comportamentos de performance gerencial que contrariam os princípios da gestão democrática

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Escolar; Educação; Gestão Democrática.

SABOTAGED DEMOCRATIC MANAGEMENT? ANALYSIS OF THE POLITICAL PARTICIPATION OF SCHOOL COUNSELORS FROM PUBLIC SCHOOLS IN NATAL / RN

ABSTRACT: This article aims to present an analysis of the participation of school counselors from the municipal public school system in the city of Natal / RN. Our study object was restricted to four municipal schools, one in each administrative area of the city, with the main objective of identifying whether the narratives and practices of school management in Natal, Rio Grande do Norte, are in line with art. 14 of Law No. 9,394 / 96 - National Education Guidelines and Bases (LDB / 96). In order to identify the narratives and practices of these schools to make comparative analysis and critical judgment about the nature of the identified behaviors, Historical and Dialectical Materialism was assumed as a scientific method. Regarding the methodology, we carry out free conversational interviews with the managers; we look at the literature produced about the School Council and access the school documents such as: minutes, school pedagogical project and the internal regulations. After analyzing the data, our analysis concluded that social relations in school management occur in a different way from the one recommended by the legislation, as the study detected behaviors of managerial performance that contradict the principles of democratic management.

KEYWORDS: School Council; Education; Democratic management.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das análises apreendidas por meio da execução da Pesquisa de Iniciação Científica, intitulada: Narrativas e práticas de Gestão das Escolas Municipais de Natal (2008-2018), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este estudo é uma produção da Linha de Pesquisa Educação, Política e Práxis Educativa vinculada ao Pós-Graduação em Educação da UFRN e ao seu Grupo de Pesquisa Sertania, Educação e Práticas Culturais.

O trabalho desenvolvido teve como objeto de pesquisa quatro escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Natal que foram definidas como amostra, instituições situadas uma em cada zona administrativa da cidade. E objetiva discutir as diversas formas de proceder quanto a democratização da gestão escolar pública, as quais, comumente, se distanciam do ideal de gestão democrática proposta pelo art. 14 da Lei nº 9.394/96 (LDB/96).

O interesse nessa dimensão de pesquisa surgiu a partir dos cursos de formação oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE)/ MEC e executados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir do ano de 2012. Tais cursos criaram uma demanda importante para o desenvolvimento de pesquisas na área de política e gestão escolar: a necessidade de adequação da gestão escolar aos processos de gestão democráticos intentados pelos artigos da LDB/96.

A identificação da necessidade de se realizar essa pesquisa, ocorreu a partir das falas de cursistas e professores formadores, cujas experiências de gestão apresentavam diversos padrões, comumente se afastando do ideal de gestão democrática.

Essa provocação observada por meio das falas dos participantes do PNFCE despertou a necessidade de buscar compreender se o efetivo propósito do art. 14 da Lei nº 9.694/96 (LDB/96), que determina a necessidade de existência de uma escola democrática nas redes públicas de ensino nacionais, é materializado na prática cotidiana das escolas no Brasil. Em tese, muitas experiências apresentadas contrariam a Lei, em especial, o artigo citado anteriormente, posto que esse preceito especifica o tipo de gestão – democrática – a ser assumida por cada gestor, por cada unidade de ensino, conforme observa-se, a seguir, nesse artigo,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2020).

A fim de fazer uma análise comparativa entre o texto instituído pela Lei nº 9.394/96 (LDB/96), notadamente, em seu art. 14, citado, e os padrões e narrativas coletados durante a pesquisa, com essa diretriz foi empreendida uma pesquisa de campo na qual foram realizadas visitas às instalações físicas de algumas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Natal. Essas visitas objetivaram ampliar e aprofundar a compreensão sobre as narrativas de gestores, professores, pais, alunos e todos os envolvidos no universo escolar, como também, buscou-se conhecer as práticas político-administrativas e pedagógicas vinculadas a atuação do Conselho Escolar nessas instituições. O intuito foi, afinal, conhecer e compreender as práticas e discursos empreendidos pelos gestores das escolas escolhidas para, dessa forma, identificar e problematizar as maneiras como a gestão escolar acontece nas escolas municipais da cidade de Natal.

Nessa perspectiva, iniciamos o processo de pesquisa com um estudo detalhado da legislação e dos referenciais bibliográficos produzidos que analisam a gestão escolar democrática, procurando identificar quais são os paradigmas de gestão presentes na administração escolar brasileira, sempre considerando como parâmetro os aspectos previstos no art. 14 da LDB/96. Nessa fase, o projeto incorporou um arcabouço teórico e bibliográfico pujante, cujas concepções presentes nas obras sobre gestão escolar democrática foram incorporadas ao nosso estudo. Essa revisão bibliográfica sistematizada proporcionou uma visão holística sobre o estado da arte da literatura que discute, de forma diversa e científica, a compreensão conceitual de gestão democrática, concepção

segundo a qual,

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p.18).

Os elementos apresentados por Veiga (1997) assumem uma compreensão segundo a qual o trabalho educativo desenvolvido – nas dimensões política e administrativo-pedagógico – no âmbito da gestão escolar deve ser assumido pelos trabalhadores e usuários da escola pública numa direção em que é necessário trabalhar no sentido de democratização da escola pública. Este processo passa, necessariamente, pelas questões que envolvem a gestão democrática, a participação da comunidade e a atuação do Conselho Escolar no âmbito da gestão escolar e da prática administrativo-pedagógica produzida pelo coletivo. Um entendimento político e pedagógico sobre esses temas é fundamental para que se materialize uma gestão democrática que possibilite o aprendizado das crianças, jovens e adultos na escola pública.

A concretização da gestão escolar democrática propicia o atendimento da função social da escola pública na direção em que se constroam conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico ético e participativo, na “preparação do cidadão para sua inserção na sociedade, na qual viverá como cidadão e como profissional de alguma área da atividade humana” (MORRETO, 2005, p. 73).

A realização desta pesquisa nos fez refletir sobre os princípios da gestão escolar democrática e o conseqüente fortalecimento dos Conselhos Escolares nas instituições de ensino públicas. E, não exclusivamente no âmbito da comunidade científica, mas, também, numa perspectiva teórica que busca elaborar e criar novos modos de se fazer gestão democrática na escola e na cidade.

Diante dos elementos teóricos expostos sobre a gestão escolar democrática é imperiosa a necessidade de analisar o tema em voga no âmbito da pesquisa científica, pois a sistematização e a proposição de encaminhamentos com amplitude acadêmica podem contribuir para o equacionamento de entraves políticos e administrativos existentes na instituição educativa que dizem a democratização da gestão escola pública, contribuindo, dessa forma, para o papel precípua da pesquisa científica na universidade pública estatal: atendimento as demandas laborais formativas requeridas pela população brasileira.

2 | METODOLOGIA

Esse trabalho assume como método o materialismo histórico e dialético, e como abordagem teórica Sertania, esse último se caracteriza como um instrumento gerador de conhecimento e de autoconhecimento (BATISTA, 2017). Sertania surge como uma

abordagem que pensa o sujeito no seu sendo. Já o materialismo histórico dialético é uma teoria segundo a qual a sociedade, o ser humano e a natureza estão em constante movimento, criando por seus condicionantes a realidade concreta. Entendemos que esse enfoque teórico derradeiro, nos ajuda a refletir a luz dos fatores históricos e dialéticos, atuais e concretos, que a gestão escolar democrática, juntamente com os Conselhos Escolares sofrem repercussões nas três últimas décadas.

O estudo em foco foi construído em etapas, de acordo com o cronograma de pesquisa e as atividades desdobradas deste ao longo desenvolvimento das diferentes ações – levantamento/análise bibliográfico-documental, pesquisa exploratória, coleta dos dados, tabulação e produção-análise das categorias resultantes. O cronograma foi cumprido ao longo de um ano, entre o último semestre de 2017 e o primeiro de 2018, conforme os encaminhamentos de pesquisa e as adaptações processuais necessárias. De forma resumida as atividades que foram realizadas se caracterizaram por momentos de discussão e revisão da literatura sobre gestão escolar democrática e pela consecução da pesquisa de campo, orientada pelo coordenador do Projeto, Prof. Dr. Walter Pinheiro Barbosa Júnior e com a colaboração do Prof. Dr. Gilmar Barbosa Guedes.

Na perspectiva de desenvolvimento desse trabalho a primeira etapa foi destinada a estudos conjuntamente com os pesquisadores envolvidos no projeto e as obras discutidas focaram na produção teórica e na legislação educacional que fundamenta a discussão da gestão escolar brasileira, em especial, no referente a teoria-princípio da gestão democrática.

Nesse sentido, foram discutidos diferentes autores, entre eles, (BARBOSA JUNIOR, 2002); (BATISTA, 2017); (BORDIGNON, 2004); (FERREIRA, 2013); (LUCK, 2009); (MACÊDO, 2003); (MORRETO, 2005); (PARO, 1987); (VEIGA, 1997), dentre outros estudiosos. No que diz respeito a pesquisa documental deu-se por meio da análise da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em virtude da relevância dessa lei ordinária enquanto diretriz reguladora da gestão democrática da educação pública nacional prevista na Constituição Federal de 1988 (CF-88). Já no referente a Rede Municipal de Ensino de Natal foi estuda a Lei Complementar nº 147/2015, que dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede municipal de ensino do município de Natal.

Os procedimentos técnico-metodológicos utilizados para a consecução da pesquisa foram de caráter de levantamento bibliográfico-documental e de visita exploratória às escolas estudadas. Essa pesquisa auxiliou na análise dos documentos institucionais e dos encaminhamentos apresentados pelas políticas educacionais nacionais, nos permitindo a revisão da literatura a respeito da gestão escolar democrática nas três últimas décadas e suas repercussões no contexto da educação pública. Essa abordagem centrada na História da educação brasileira, sempre considerando momentos pontuais importantes, a exemplo do período de redemocratização dos anos 1980, foi importante para compreender como

se constituiu a sua atual conformação político-pedagógica da escola pública brasileira e como a gestão escolar democrática emergiu nesse cenário de redemocratização. Essa etapa deu as condições teórico-metodológicas para fundamentar a pesquisa de campo e a análise os dados colhidos no futuro.

A segunda etapa foi a realização de uma pesquisa de campo exploratória que se iniciou com o mapeamento do universo de escolas a ser, potencialmente, pesquisado, para em seguida definir a amostra de instituições a serem estudadas de fato. Esse procedimento foi operacionalizado, por meio de visitas às escolas do município de Natal/RN. Foram escolhidas quatro escolas, o critério de escolha foi contemplar uma em cada polo da cidade, ficando a amostra assim distribuída: Zona Norte – Escola Municipal Professora Iapissara Aguiar de Souza; Zona Oeste – Escola Municipal Professor Zuza; Zona Leste – Escola Municipal 4º Centenário; Zona Sul – Escola Municipal Professor Carlos Belo Moreno.

Uma vez definida as escolas que constituem nosso universo de estudo, definimos as questões de pesquisa que passaram a orientar a construção sistemática dos instrumentos de coleta de dados. Realizamos esse procedimento por meio de observações do cotidiano escolar e entrevistas livre-conversacional (BARBOSA JÚNIOR, 2002), instrumentos de coleta aplicados junto aos representantes dos segmentos de trabalhadores da educação com assento enquanto membros do Conselho Escolar – os representantes da coordenação pedagógica, da direção escolar, dos professores, dos pais e dos discentes.

Como o objetivo de pesquisa, também, recai na dimensão da participação da comunidade como elemento viabilizador da gestão escolar democrática, além da análise documental que diz respeito a legislação nacional que regulamenta o princípio da gestão escolar democrática, realizamos, também, uma outra pesquisa documental endógena as instituições de ensino pesquisadas, para isso consultamos o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Regimento Interno (RI) e as Atas de Reuniões dos Conselhos Escolares das diferentes instituições selecionadas na amostra. Em cada escola visitada buscamos compreender como a gestão escolar opera nesses espaços administrativo-pedagógicos afeitos ao cotidiano do trabalho na escola.

Os dados gerados por esse movimento de coleta foram analisados em um terceiro momento da pesquisa à luz das discussões e teorias empreendidas na primeira etapa do estudo, conforme podemos observar nas reflexões desenvolvidas a seguir.

3 | INFERÊNCIAS PRODUZIDAS PELA PESQUISA

O desenvolvimento do trabalho educativo na gestão da escola pública que ocorre partir de uma perspectiva democrática é uma construção histórica que se materializa no cotidiano de cada instituição de forma singular e mediada com os demais condicionantes

econômicos-políticos e culturais do todo da sociedade capitalista. Ao realizar a análise das narrativas e práticas identificadas em cada escola pesquisada buscou-se observar a luz de um olhar crítico-reflexivo se existe e a maneira que ocorre o desenvolvimento da participação democrática da comunidade escolar inserida no cotidiano das práticas de gestão da rede pública municipal de Natal.

A partir da observação e da entrevista livre-conversacional com os gestores, conselheiros, pais, alunos, professores e da análise do projeto político-pedagógico, do regimento interno e da ata das instituições pesquisadas, chegou-se a algumas constatações referentes ao processo da gestão democrática no município de Natal/RN.

Foi possível perceber um elemento em comum nas quatro escolas, nelas existe um desafio de refletir sobre uma conformação de prática que integre todos os sujeitos educativos de forma participativa e democrática, mesmo que, a literatura e a legislação da educação indiquem a possibilidade de criar mecanismos e condições de diálogo e interação mútua entre todos os segmentos sociais que atuam na escola pública. Esse desafio da participação ampla, coletiva e engajada pode ser identificado no funcionamento pedagógico deficitário das escolas pesquisadas, esse fato pode ser verificado na condição em que se encontravam o projeto político-pedagógico (PPP) dessas instituições, na maioria, desatualizados ou em construção.

Nessa mesma direção da organização e do funcionamento pedagógico da escola pública, muitas escolas ainda não compreendem a importância do PPP, elaborando-o apenas em cumprimento à determinação legal, de modo que este não norteie as ações cotidianas da instituição. Assim, embora exista relativa horizontalidade na distribuição do poder entre os profissionais, ainda há dificuldade na construção do trabalho coletivo, visto que as bases para o fortalecimento deste trabalho demandam tempo e ações estatais perenes e efetivas, em particular, condições de infraestrutura e materiais de trabalho nas escolas, carreira profissional com dedicação exclusiva e remuneração adequada, aliada a formação continuada dos educadores, com garantia desses subsídios, haveria condições concretas para consolidação de compromissos políticos, sociais e laborais coletivos.

Os resultados das análises mostram que os responsáveis pela gestão das escolas estudadas, tem realizado, em maior ou menor grau, práticas de administração a partir de perspectivas democráticas que variam de acordo as condições conjunturais de cada escola. Nesse sentido, a gestora da Escola Municipal Professora Iapissara Aguiar de Souza, instituição que oferece o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e situa-se geograficamente na Zona Norte de Natal, afirma que tanto o gestor administrativo quanto o pedagógico se esforçam para que todas as decisões escolares sejam realizadas junto ao Conselho Escolar.

Porém, quando analisamos as atas das reuniões do Conselho Escolar dessa escola supracitada, apenas três reuniões haviam sido realizadas no período estudado, compreendido entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018. Essas reuniões

não ocorrem com maior frequência devido à falta de tempo dos pais e conselheiros, segundo a própria gestora, possivelmente, dificultado pelo fato dos conselheiros serem professores e pais que precisam dedicar-se, na maioria das vezes, a longas jornadas de trabalho.

Essa dificuldade, intencional ou não, de assunção das responsabilidades por parte de alguns conselheiros tem acarretado uma sobrecarga de trabalho nos membros da gestão escolar que ficam responsáveis por realizar ações que normalmente ficariam a cargo dos membros do Conselho Escolar. Compreende-se que, embora, de maneira majoritária, se intente desenvolver um trabalho democrático na escola pública, ainda assim, a direção escolar não consegue gerir os mecanismos de participação coletiva de forma eficaz. Esse fato demonstra a importância da equipe gestora realizar movimentos de conscientização da comunidade escolar e da sociedade circunscrita a escola no sentido de estimular a participação coletiva e democrática.

Outro aspecto identificado na fala dos gestores, foi a falta de tempo que tem inviabilizado o desenvolvimento de ações que ampliem a participação coletiva por meio da realização das reuniões do Conselho Escolar, essa última queixa foi alegada pela gestora da Escola Municipal 4º Centenário, instituição localizada na Zona Leste de Natal e que atende alunos matriculados no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. De certa forma essa alegação contradiz uma fala inicial da mesma gestora quando afirma que o Conselho Escolar é atuante e participa realmente das tomadas de decisões. Outrossim, a falta de tempo para materializar a participação, alegada pela gestora, inviabiliza a concretização da amplitude de prerrogativas previstas no PPP da Escola Municipal 4º Centenário, conforme observamos a seguir:

“Enquanto ‘órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade de Ensino’ acompanha todas as ações da escola contribuindo para que a gestão democrática seja exercida na sua plenitude”. (PMN, 2009, p.11)

Ainda nessa direção que diz respeito a participação da comunidade educativa nas deliberações do Conselho Escolar, constatou-se, também, que há uma certa dificuldade dos professores e funcionários em participar efetivamente das decisões tomadas na escola, visto que a maioria trabalha em mais de uma escola, o que dificulta a participação nos encontros. Quando perguntados sobre os dias de reuniões, os professores e funcionários reconheceram que há um esforço da equipe gestora em realizá-las aos sábados. Esta solução não foi considerada satisfatória, tendo em vista que muitos professores estão atualmente em processo de formação continuada, geralmente aos sábados, o que impede o comparecimento de muitos professores nas reuniões.

Agora, no que diz respeito os aspectos identificados em outra escola integrante da amostra, a Escola Municipal Professor Zuza, situada na Zona Oeste que atende discentes matriculados no Ensino Fundamental II e EJA, a instituição disponibilizou o PPP e o RI,

ainda que desatualizados cronologicamente, mas o que, de fato, chamou atenção foi à falta de menção ao Conselho Escolar nesses documentos. Quando questionada sobre a atuação do Conselho Escolar, a gestora pedagógica foi enfática ao afirmar que o órgão era atuante e participativo nas tomadas de decisões. Embora, seja uma participação de difícil comprovação, pois ao analisar a ata da reunião do Conselho no período estudado não havia registros feitos, ainda assim, a gestora informou que a reunião foi realizada, mas, não tinha juntado a folha de assinaturas dos presentes à ata em questão.

Aparentemente, não obstante a essa condição da ata imprecisa, a gestora alegou que durante um tempo razoável a direção escolar pautou suas ações administrativas e pedagógicas baseada em diretrizes originárias da Secretaria de Educação do município, dessa forma, adotando o modelo burocrático de gestão do aparato educacional público, organização fomentada historicamente desde os anos 1930 nas instituições públicas nacionais. Atitude que revela a dependência da escola em relação à Secretaria Estadual para transpor as dificuldades enfrentadas, relação que prejudica a autonomia escolar.

A mesma gestora da Escola Municipal Professor Zuza afirma, também, que busca discutir os problemas com os demais profissionais, mas tem dificuldade de conseguir empenho na execução das ações, de modo que a dependência de ações externas pode ser uma das causas responsáveis pelo PPP inconcluso. Ainda segundo ela procurou acelerar o processo de finalização do PPP, tornando essa meta uma tarefa de cunho pessoal. Essa contradição constatada evidencia a necessidade de formação continuada de todos os sujeitos participantes da gestão escolar para participarem ativamente na elaboração, implantação e implementação do projeto pedagógica da escola.

Tal postura centrada exclusivamente no gestor se afasta dos pilares da gestão democrática e, por outro lado, se aproxima, das ações gerenciais que seguem a diretriz do planejamento estratégico e do linear, que foca apenas na performance/produtividade do indivíduo isolado, situação que se traduz por restrita participação coletiva nas decisões, que passa a enxergar o aluno como um cliente e a escola como uma empresa, induzindo a uma administração mercantil e baseada na meritocracia.

Outra instituição pesquisada é a Escola Municipal Professor Carlos Belo Moreno, localizada na Zona Sul de Natal, que oferta o Ensino Fundamental I, nessa instituição a gestora possui uma fala mais concatenada com a participação coletiva da comunidade nas decisões sobre a gestão escolar. Segundo ela, a escola solicita a participação de toda comunidade escolar. Levando todas as demandas até o Conselho Escolar que participa ativamente das tomadas de decisões. Após analisar as atas das reuniões do Conselho Escolar verificamos que realmente esse colegiado foi atuante, pois, no período estudado, foram realizadas mais de dez reuniões para discussões que perpassaram as dimensões política e administrativo-pedagógica da escola. Esta escola atua de forma democrática e participativa, assim como afirma o seu PPP, ao prever que: “A gestão democrática acontece como elo de conexão entre a comunidade escolar como um todo, contribuindo

ainda com o avanço da autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola” (PMN, 2017, p. 8).

Quanto ao funcionamento do Conselho Escolar é uma compreensão majoritária em todas as escolas pesquisadas, inclusive na Escola Municipal Professor Carlos Belo Moreno, de que o número de reuniões realizadas é insatisfatório e que é de suma importância a efetiva participação da comunidade escolar nas deliberações emanadas pelo CE, sempre por meio da representação dos alunos e da participação voluntária dos professores.

A administração escolar precisa caminhar ao lado dos preceitos de gestão democrática. A gerência da escola pública é um desafio para todos, pois, comumente, importamos modelos que vêm de empresas privadas, onde a autoridade e o comando vêm de cima para baixo, isto é, de maneira autocrática (PARO, 1987). A escola pública, por sua vez, deve seguir os preceitos democráticos na sua gestão, pois ela tem de prestigiar todos os envolvidos na administração da educação: professores, funcionários, pais ou responsáveis, alunos e a comunidade exógena a escola.

A escola pública tem que dar voz e vez para todos os atores sociais envolvidos no processo educacional, pois é por meio da concretização dos princípios democráticos de gestão que a escola pública poderá satisfazer plenamente os anseios de todos os envolvidos na atividade-fim dessa instituição social, qual seja, o aprendizado universalizado e de qualidade, independente de classe social, raça ou gênero. Esta pauta, inclusive, foi reproduzida em instrumentos jurídicos das mais diversas instancias federativas: a Constituição Federal, as leis ordinárias federais e lei a municipal de Natal.

É intencional que o estamento legal nacional atribua à gestão democrática do ensino público brasileiro um status central na área das políticas educacionais. Tanta é sua importância que esse princípio está positivado na Constituição Federal de 1988, no Art. 206, que afirma: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 2020).

O legislador infraconstitucional também contemplou os preceitos da gestão democrática. Com o propósito de garantir o princípio constitucional, complementou o arcabouço jurídico que ampara os princípios democráticos da gestão da educação por meio da promulgação da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), notadamente no seu Art. 14, anteriormente citado.

Outra grande inovação na governança democrática da educação veio por meio da promulgação da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE/14), que em sua Meta 19 estabelece prazo para efetivação da gestão democrática do ensino, *ipsis litteris*, no seguimento:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014)

Também, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, o documento do PNE/14 foi, de forma indubitável, um impulso extra para que os gestores e a comunidade vinculada a Rede Municipal de Ensino observassem a necessidade de criação de uma legislação atualizada que regulamentasse a gestão escolar democrática da educação pública municipal, nesse ínterim os legisladores do município de Natal aprovaram a Lei Complementar Municipal nº 147/2015, a qual estipula, por exemplo, que,

Art.1º A gestão democrática das Unidades de Ensino da rede pública municipal pressupõe a autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica por meio da administração descentralizada e do gerenciamento de recursos financeiros com a participação da comunidade escolar.

Art. 2º A gestão democrática das Unidades de Ensino tem como objetivo fortalecer a participação de toda comunidade escolar e local para fazer valer o direito do cidadão a uma educação que garanta a sua aprendizagem e o seu pleno desenvolvimento. (NATAL, 2015)

No trabalho de investigação nas escolas públicas de Natal/RN desenvolvido no âmbito da pesquisa: *Narrativas e práticas de Gestão das Escolas Municipais de Natal (2008-2018)*, foi observado que os preceitos da gestão escolar democrática são seguidos pelos gestores da Rede Municipal de Ensino. Apesar de terem uma conotação aparentemente trivial, após três décadas de previsão, mesmo assim, as práticas de gestão democrática não são totalmente incorporadas nas escolas de Natal/RN. Os resultados obtidos atestam que os gestores escolares não conseguiram concretizar plenamente o colegiado Conselho Escolar e o projeto político-pedagógico que são elementos basilares para implementação e concretização da gestão escolar democrática propugnada pela Carta Magna (CF-88) e pelas leis nº 9.394/96 (LDB/96) e nº 147/2015 (Gestão democrática em Natal). O obstáculo mais recorrente nas escolas pesquisadas foi a falta de reuniões ordinárias mensais do Conselho Escolar, tal qual exige o art. 23 da lei municipal acima referida.

A debilidade central identificada na pesquisa é a perenidade precária das reuniões do Conselho Escolar, órgão vital para a administração democrática em função da diversificação de segmentos representados em sua composição e do teor das deliberações dele advindas que podem carregar legitimidade democrática pelo fato de ser composto por representantes de professores, funcionários, pais ou responsáveis, alunos e a comunidade exógena a escola. Essa condição ocorre à revelia da Lei Municipal nº 147/2015, que em seu art. 23, instituiu a necessidade de reuniões mensais, ao contrário dessa diretriz a pesquisa identificou que essas reuniões eram: “[...] raras ou em frequência inferior à obrigatória por lei; e, quando aconteciam, [...] alguns representantes não compareciam – tornando a reunião nula, pois, para ser válida, a lei exige a presença de metade dos conselheiros mais um”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos elementos científicos observados e analisados na pesquisa, concluímos que existe um movimento intencional no sentido de implementar a gestão escolar democrática em dadas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Natal, e mesmo em outras instituições dessa mesma Rede busca-se aprofundar-fortalecer essa democratização, tanto que esta diretriz é identificável na fala dos gestores, porém, quando analisamos a participação da comunidade escolar por meio da participação nas reuniões do Conselho Escolar e na implantação-implementação do projeto político-pedagógico percebemos a fragilidade da prática concreta a luz de um discurso otimista. Nesse sentido, existem intenções e tentativas de materializar e aprofundar a gestão escolar democrática que podem não encontrar esteio na prática da concretude histórica das escalas públicas.

Percebemos que essa busca por materializar a gestão escolar democrática esbarra, e é dificultada, pela permanência de práticas administrativas caracterizadas por modelos híbridos pautados nas concepções burocrática e gerencial, paradigmas que continuam a influenciar a organização da gestão escolar a luz dos princípios de uma hierarquia vertical de poder e de ações planejadas/definidas a nível central do Estado/governos, sempre busca-se a performance de resultados e a valorização da ação individual e da meritocracia, essas diretrizes são aquelas que continuam a orientar a gestão escolar pública na atualidade.

Mas, essas contradições são próprias do movimento conflituoso e dialético que constitui a luta pela instauração de uma gestão escolar democrática numa sociedade capitalista desigual e que adota princípios democrática relativizados pelos interesses da classe hegemônica, uma condição infra e superestrutural que tem rebatimentos evidentes nas escolas públicas municipais de Natal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA JR., Walter Pinheiro. **O ethos humano e a práxis escolar: dimensões esquecidas em um projeto político-pedagógico**. 2002. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação, UFRN, Natal-RN.

BATISTA, Elayne Karina Peres Batista. **Brincação: sagas educativas do Ser (Tão) brincante**. Dissertação (Mestrado) Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/rn/n/natal/lei-complementar/2015/14/147/lei-complementar-n-147-2015-dispoe-sobre-a-democratizacao-da-gestao-escolar-no-ambito-da-rede-municipal-de-ensino-do-municipio-do-natal-e-da-outras-providencias> > Acesso em 21 de Jul. 2018.

BRASIL. Casa Civil da Presidência República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96 de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FERREIRA, Gilmar. **O Sertão Educa**. Dissertação (Mestrado) Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 4. ed. Vol II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MACÊDO, Adailson Tavares de. **A casa do sertão**. *Revista Cronos*. Dossiê Gaston Bachelard. V. 4 N. 1/2, Jan-Dez. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal-RN, 2003.

MORRETO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL (PMN). **Lei Complementar nº147/2015**. Diário Oficial do Município de Natal. Ano 15, n. 2963, 05 fev. 2015. Disponível em: <http://portal.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/dom/dom_20150205.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL (PMN). Secretaria de Educação. Escola Municipal 4º Centenário. **Projeto Político Pedagógico** da Escola Municipal 4º Centenário. Natal, RN: Escola Municipal 4º Centenário, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL (PMN). Secretaria de Educação. Escola Municipal Professor Carlos Bello Moreno. **Projeto Político Pedagógico** da Escola Municipal Professor Carlos Bello Moreno. Natal, RN: Escola Municipal Professor Carlos Bello Moreno, 2017.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Meta 19 - Gestão Democrática**. 2018. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

PARO, Vítor H. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cardenos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, pp. 51-53, fev. 1987.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: (Org.). **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autoavaliação Institucional 37, 38, 40, 41, 42, 43, 49, 50, 97

B

Brincar 23, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

C

Censo 51, 55, 82, 83, 84, 86

Competências E Habilidades Docentes 118

Comportamento Leitor 63, 66

Comunidade 9, 27, 30, 33, 34, 35, 37, 41, 50, 54, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 165, 166, 173, 174, 175, 182

Conselho Escolar 147, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Currículo 32, 33, 61, 64, 100, 101, 103, 105, 106, 162, 170, 183, 186

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 17, 19, 23, 24, 30, 31, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 97, 99, 100, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Ensino De Química 7, 8, 10, 11, 13, 15, 16

Ensino Extracurricular 24

Ensino Médio 8, 11, 15, 17, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 45, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 72, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 163, 169, 186

Escola Democrática 71, 76, 79, 149

Estágio Supervisionado 71, 72, 81, 162, 163, 183

F

Formação Docente Online 87

G

Gestão Democrática 77, 80, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

I

Infância 109, 111, 114, 117, 124, 186

Interação Social 87, 89, 100, 118, 121

L

Letramento 63, 64, 65, 66, 69, 70

Ludicidade 7, 10, 17, 110, 111

Ludoteca 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117

M

Matrícula On-Line 82, 85, 86

Monitoria 1, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 21, 22, 23

O

Ordenamento De Rede 82, 83, 84

Orquestras Escolares 24

P

Perfil Formativo 51, 53

Política Educacional 51

Práticas De Conjunto 27, 33

R

Roda De Conversa 18, 19, 20, 21, 22, 23

T

TEA 7, 8, 9, 10, 11, 13, 16

Tecnologias 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 17, 52, 61, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 100, 186

 **Atena**
Editora

2 0 2 0